



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 257857-6/01

EMBARGANTE: CAIXA SEGURADORA S/A

EMBARGADOS: DJALMA MOREIRA DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIO DE CONSTRUÇÃO. DISCUSSÃO ACERCA DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. ALEGAÇÃO DE QUE HOVE MUDANÇA NO POSICIONAMENTO DO STJ. PRETENSÃO REJEITADA. ENTENDIMENTO DO STJ ASSENTADO EM JULGAMENTO AFETADO COMO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRIA REPETITIVA QUE SE COADUNA COM O JULGAMENTO EMBARGADO. VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC INEXISTENTES. REDISCUSSÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ NO SENTIDO DE QUE NÃO HÁ NECESSIDADE DE O JULGADOR SE PRONUNCIAR ACERCA DE TODOS OS PONTOS E ARGUMENTOS APRESENTADOS PELAS PARTES, RESTANDO APENAS A OBRIGAÇÃO DE DECIDIR FUNDAMENTADAMENTE A CAUSA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS POR UNANIMIDADE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração nº 257857-6/01, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte deste julgado. Sessão realizada em 26.03.13.

Recife,

26 de março de 2013

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



POER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 257857-6/01

EMBARGANTE: CAIXA SEGURADORA S/A

EMBARGADOS: DJALMA MOREIRA DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela CAIXA SEGURADORA S/A contra os termos do julgamento (fls. 1437/1454) que deu provimento parcial à apelação nº 257857-6, cujo acórdão foi assim ementado:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SFH. 1) PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CAIXA SEGURADORA S/A E DE DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL EM FACE DO INTERESSE JURÍDICO E DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. REJEITADAS À UNANIMIDADE. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO EM FACE DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR DOS MUTUÁRIOS COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO JÁ QUITADO. REJEITADA À UNANIMIDADE. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA (CONTRATOS DE GAVETA). REJEITADA À UNANIMIDADE. 2) MÉRITO. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. OBRIGAÇÃO DA SEGURADORA DE INDENIZAR O SEGURADO (SÚMULA 58 DO TJPE). CONTRATOS REGIDOS PELO SFH E CONTRATOS DE MÚTUO. APLICAÇÃO DO CDC. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA CONFIGURADA. PAGAMENTO AOS MUTUÁRIOS/MORADORES DO VALOR NECESSÁRIO PARA O CONserto DOS IMÓVEIS. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA TAMBÉM PELO PAGAMENTO DE ALUGUEL E PRESTAÇÕES DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO ATIVO (SÚMULA 57 DO TJPE). MULTA DECENDIAL. CABIMENTO (SÚMULA 101 DO TJPE). VERBAS SUCUMBENCIAIS ADEQUADAMENTE ARBITRADAS. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVE INCIDIR SOBRE O QUANTUM INDENIZATÓRIO A PARTIR DO ARBITRAMENTO. RECURSO DA CAIXA SEGURADORA S/A PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA ALTERAR O TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. DECISÃO UNÂNIME.

Sustenta a apelante/embargante que teria havido uma mudança no entendimento do STJ, passando aquela Corte a reputar competente a Justiça Federal para processar e julgar as ações desta espécie. Assim, considerando que isso constitui fato novo, pugna pelo acolhimento dos presentes aclaratórios para que se declare absolutamente incompetente a Justiça Estadual. Alega, ainda, que houve omissão no que concerne à ilegitimidade dos autores que firmaram contrato

de gaveta, à ausência de previsão contratual de cobertura em caso de vício de construção e à ilicitude do pagamento de multa decendial. No mais, almeja prequestionar a matéria para viabilizar a interposição de recurso perante as instâncias superiores.

Contrarrazões dos embargados às fls. 101/105.

É o relatório. À votação.

Recife,

26 de Março de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Feres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 257857-6/01

EMBARGANTE: CAIXA SEGURADORA S/A

EMBARGADOS: DJALMA MOREIRA DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Srs. Desembargadores,
Senhor (a) Procurador (a).

Tenho que não deve prosperar o inconformismo da embargante. O objetivo, aqui, é apenas rediscutir a matéria. Mas os embargos de declaração, dado o seu caráter integrativo, têm o fito de apenas complementar e/ou esclarecer a decisão embargada quando for preciso sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, o que pode, reflexa e excepcionalmente, acarretar efeito infringente aos aclaratórios. No caso em tela, entretanto, o acórdão enfrentou todas as questões suscitadas com os fundamentos pertinentes, não havendo qualquer vício a ser sanado.

No que concerne ao novo posicionamento do STJ acerca da competência para apreciar lides envolvendo seguro habitacional no âmbito do SFH, ressalto que, no julgamento dos segundos embargos de declaração no recurso especial nº 1.091.363 / SC, recurso afetado como representativo de controvérsia repetitiva (art. 543-C do CPC), aquela Corte definiu de forma clara e precisa os limites da intervenção da CEF em processos relacionados com o seguro habitacional:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

rb



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional – SFH, a Caixa Econômica Federal – CEF – detém interesse jurídico para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 – período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 – e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (apólices públicas, ramo 66).
2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.
3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice – FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.
4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.
5. Na hipótese específica dos autos, tendo sido reconhecida a ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.
6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes. (EDcl nos EDcl no REsp nº 1.091.363 / SC, 2ª Seção, Rel. p/ acórdão Min. Nancy Andrighi, DJe 14/12/2012)

Levando em consideração a bipartição entre apólices públicas e privadas (ou “de mercado”), classificadas pela SUSEP respectivamente como apólices de ramo 66 e de ramo 68, e confrontando-a com a evolução da legislação que rege a matéria, a 2ª Seção do STJ assentou, nesse julgado, que a controvérsia se limita ao período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 – que deu nova redação ao DL 2.406/88 – e da MP nº 478/09.

Explico. Desde a criação do próprio Sistema Financeiro da Habitação (SFH), pela Lei nº 4.380/64, até o advento da Lei nº 7.682/88, as apólices públicas não eram garantidas pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). E, com a entrada em vigor da MP nº 478/09, ficou proibida a contratação de apólices públicas. Assim, a análise quanto à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

legitimidade da CEF para intervir nas ações referentes a seguro habitacional fica restrita ao período compreendido entre 02.12.1988 e 29.12.2009, durante o qual existiram apólices públicas garantidas pelo FCVS. Nesse interregno, incide a jurisprudência pacífica do STJ de que "se o contrato está vinculado ao FCVS, é ele um contrato administrativo, sendo a CEF, como sucessora do SFH, legitimada a responder às demandas em que se questiona sobre tais avenças" (REsp 637.302/MT, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 28.06.06. No mesmo sentido: REsp 685.630/BA, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 01.08.05; e REsp 696.997/PE, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 26.09.05).

Delimitada a controvérsia no tempo, passo, agora, às demais questões envolvidas nessa possibilidade de intervenção da CEF.

De início, deve-se observar que, em virtude de não existir, nos seguros habitacionais, relação jurídica entre o mutuário e a CEF (na qualidade de administradora do FCVS), a intervenção da instituição financeira se dará na condição de assistente simples e não de litisconsorte necessária. Então, ao pleitear seu ingresso na lide, constitui ônus da CEF demonstrar, no caso concreto, o seu interesse jurídico.

Para a demonstração desse interesse jurídico, a CEF deverá comprovar a afetação, in casu, do FCVS, o que, aliás, ocorre apenas em situações excepcionais. Digo isso porque o Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA) é uma subconta do FCVS, de sorte que o FCVS somente será ameaçado no caso de o FESA não ter recursos suficientes para o pagamento da respectiva indenização securitária, hipótese remota, já que, pelas informações trazidas pela Min. Isabel Gallotti, relatora dos primeiros aclaratórios opostos no aresto-paradigma, o FESA é superavitário. Ademais, os recursos do FESA somente serão utilizados em situações igualmente extraordinárias, após o esgotamento dos recursos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

derivados dos prêmios recebidos pelas seguradoras, os quais, segundo o relatório do TCU trazido pela Min. Isabel Gallotti na mesma oportunidade, também são superavitários. Desse modo, o FCVS só será debitado caso os prêmios recebidos pelas seguradoras e a reserva técnica do FESA sejam insuficientes para o pagamento da indenização securitária. Em um remoto terceiro momento, portanto.

Destarte, nos casos relacionados ao período compreendido entre 02.12.1988 e 29.12.2009, e estando envolvidas apólices públicas em que o capital deficitário seja garantido pelo FCVS, há interesse da CEF a justificar seu requerimento de intervenção no feito, na qualidade de assistente simples, mediante a demonstração da ocorrência desses dados caracterizadores do seu interesse jurídico.

No caso dos autos, entretanto, sequer ocorreu pedido de intervenção da CEF, não havendo, pois, o que se falar em deslocamento da competência para a Justiça Federal.

Apenas isso merecia uma consideração aqui. Quanto às demais matérias, o acórdão embargado foi claro e preciso, decidindo-as de forma fundamentada.

Por fim, reitero que é dominante na jurisprudência do STJ o entendimento de que o julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta a exame, de acordo com o tema e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Nesse sentido:

O órgão julgador, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Precedentes. (STJ, EDcl no MS 4116 / DF, Embargos de Declaração no Mandado de Segurança



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

1995/0030865-7, Rel. Min^a. Laurita Vaz, 3^a Seção, j. 11/10/2006, DJ 30/10/2006, p. 236).

É entendimento assente que o órgão judicial, para expressar sua convicção, não precisa mencionar todos os argumentos levantados pelas partes, mas, tão-somente, explicitar os motivos que entendeu serem suficientes à composição do litígio, não havendo falar, na espécie, em ofensa ao art. 535 do CPC; (STJ, REsp 1045569 / MT, Rel. Min. Massami Uyeda, 3^a Turma, j. 18/03/2010).

Meu voto, portanto, é pela rejeição dos presentes aclaratórios, mantendo-se incólume o acórdão embargado.

Recife, 26 de março de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator